

**POLICIAMENTO OSTENSIVO
EM MUNICÍPIOS
RIBEIRINHOS DO BAIXO
AMAZONAS: DESAFIOS
LOGÍSTICOS,
OPERACIONAIS E DE
INTEGRAÇÃO
COMUNITÁRIA NO 18º BPM
DE MONTE ALEGRE**

**OVERT POLICING IN LOWER AMAZON RIVERINE MUNICIPALITIES:
LOGISTICAL, OPERATIONAL, AND COMMUNITY INTEGRATION
CHALLENGES AT THE 18TH MILITARY POLICE BATTALION (BPM) IN MONTE
ALEGRE**

Ciências Sociais Aplicadas • 11/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/789012910](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/789012910)

José Genilson Lima de Souza¹

Odilon da Silva Sanches²

José de Lima Silva Filho³

Hugo Alexandre Borges Baia⁴

RESUMO

O policiamento ostensivo em municípios ribeirinhos da Amazônia paraense enfrenta particularidades operacionais decorrentes da extensa malha hidrográfica, da baixa densidade demográfica e da infraestrutura terrestre limitada. Este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios logísticos, operacionais e de integração comunitária enfrentados pela fração de Polícia Militar responsável pelo município de Monte Alegre, no Baixo Amazonas paraense, à luz das teorias do policiamento comunitário e da prevenção situacional do crime. A pesquisa, de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, fundamenta-se em revisão bibliográfica e em análise documental de dados institucionais e demográficos referentes ao município. Os resultados indicam que a sazonalidade do regime hidrológico do rio Amazonas, a dispersão geográfica das comunidades ribeirinhas e a escassez de meios de transporte fluvial adequados comprometem a regularidade e a capacidade de resposta do policiamento, ao passo que a aproximação entre a tropa e as lideranças comunitárias locais se revela um fator estratégico para a legitimidade e a efetividade da ação policial. Conclui-se que o aprimoramento do policiamento em Monte Alegre depende da combinação entre investimento em meios fluviais, capacitação continuada do efetivo e fortalecimento de vínculos de confiança com a população ribeirinha, em consonância com o planejamento estratégico institucional da Polícia Militar do Pará.

Palavras-chave: Policiamento ostensivo; Segurança pública ribeirinha; Amazônia; Policiamento comunitário; Monte Alegre.

ABSTRACT

Ostensive policing in riverine municipalities of the Pará Amazon faces operational particularities arising from the extensive hydrographic network, low population density and limited land

infrastructure. This article aims to analyze the main logistical, operational and community-integration challenges faced by the Military Police unit responsible for the municipality of Monte Alegre, in the Lower Amazon region of Pará, in light of community policing and situational crime prevention theories. The research, of a qualitative, exploratory and descriptive nature, is based on a literature review and documentary analysis of institutional and demographic data on the municipality. Results indicate that the seasonality of the Amazon River's hydrological regime, the geographic dispersion of riverine communities and the scarcity of adequate fluvial transport means compromise the regularity and response capacity of policing, while closer ties between troops and local community leaders prove to be a strategic factor for the legitimacy and effectiveness of police action. It is concluded that improving policing in Monte Alegre depends on combining investment in fluvial means, continuous training of personnel and strengthening trust with the riverine population, in line with the institutional strategic planning of the Military Police of Pará.

Keywords: Ostensive policing; Riverine public security; Amazon; Community policing; Monte Alegre.

1. INTRODUÇÃO

A atividade de polícia ostensiva no território brasileiro pressupõe, em sua concepção clássica, a presença regular e visível da força policial como mecanismo de prevenção e repressão qualificada da criminalidade. Essa premissa, no entanto, encontra contornos bastante distintos quando aplicada à realidade dos municípios do interior amazônico, onde a geografia fluvial, a dispersão populacional e a escassez de infraestrutura terrestre impõem um

modelo de atuação que se afasta consideravelmente do policiamento urbano tradicional.

O município de Monte Alegre, localizado na mesorregião do Baixo Amazonas paraense, exemplifica com propriedade esse cenário. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município possui área territorial de 18.151,323 km², população residente de 60.012 pessoas no Censo de 2022 e densidade demográfica de apenas 3,31 habitantes por quilômetro quadrado, indicadores que evidenciam a magnitude do desafio de se garantir presença policial regular em uma área tão extensa e tão pouco adensada (IBGE, 2025). A esse quadro soma-se a condição de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,589, situado na faixa considerada médio-baixa, o que reforça a necessidade de que a atuação policial dialogue com as vulnerabilidades sociais locais.

A literatura especializada em segurança pública amazônica tem apontado, de forma recorrente, que a atuação de facções criminosas voltadas ao tráfico de drogas, à extração ilegal de madeira e ao garimpo clandestino avança sobre municípios ribeirinhos justamente por explorar a dificuldade de fiscalização estatal em regiões de acesso predominantemente fluvial, com registro de presença criminosa em centenas de municípios da Amazônia Legal (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025). Nesse contexto, a Polícia Militar do Estado do Pará, por meio de seus batalhões do interior, assume papel central na contenção desses fenômenos, ao mesmo tempo em que precisa preservar sua função primordial de policiamento ostensivo preventivo junto às comunidades locais.

Diante desse cenário, o presente artigo parte da seguinte questão de pesquisa: quais são os principais desafios logísticos, operacionais e de integração comunitária enfrentados pelo policiamento ostensivo no município de Monte Alegre, e de que forma referenciais teóricos consolidados do policiamento comunitário e da prevenção situacional do crime podem orientar o aprimoramento dessa atuação? Para respondê-la, o artigo tem como objetivo geral analisar tais desafios e propor diretrizes de aprimoramento operacional compatíveis com a realidade do batalhão responsável pela região. Como objetivos específicos, busca-se: (i) revisar os fundamentos teóricos do policiamento comunitário e da prevenção situacional aplicáveis ao contexto ribeirinho; (ii) caracterizar as especificidades geográficas, demográficas e operacionais de Monte Alegre; e (iii) discutir estratégias de aprimoramento logístico e de integração com a comunidade, fundamentadas na literatura e em experiências já documentadas em outros municípios amazônicos.

A relevância do tema se justifica tanto pela escassez de produção científica institucional sobre a realidade específica dos batalhões do interior paraense quanto pela missão do Periódico Científico PMPA em Revista de fomentar a transformação da experiência prática dos policiais militares em conhecimento sistematizado, capaz de subsidiar decisões de comando e de planejamento estratégico. O artigo está estruturado em seis seções, incluindo esta introdução, seguida do referencial teórico, da caracterização do contexto operacional, da metodologia, dos resultados e discussão, e das considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Policiamento Comunitário: Fundamentos Conceituais

O policiamento comunitário consolidou-se, a partir da década de 1980, como filosofia de atuação policial fundamentada na aproximação entre a instituição policial e a sociedade civil, superando o modelo reativo centrado exclusivamente no atendimento a ocorrências. Bayley e Skolnick (2002), em estudo comparado sobre experiências de diversos países, sustentam que o público deve ser compreendido como coprodutor da segurança, e não apenas como destinatário passivo do serviço policial, de modo que a legitimidade da ação policial depende diretamente da qualidade do relacionamento estabelecido com a comunidade atendida.

Trojanowicz e Bucqueroux (1994) reforçam essa perspectiva ao definirem o policiamento comunitário como uma parceria entre polícia e comunidade orientada à identificação e à resolução conjunta de problemas relacionados à criminalidade, à desordem e à deterioração das condições de vida em determinado território. Os autores destacam que essa parceria pressupõe descentralização decisória e maior autonomia do policial da ponta em relação às demandas específicas de sua área de atuação, o que dialoga diretamente com a realidade de destacamentos isolados típicos do interior amazônico, nos quais o contato imediato com o comando central é frequentemente limitado por questões de distância e de conectividade.

No contexto brasileiro, Mesquita Neto (1998) analisa a experiência paulista de policiamento comunitário e identifica obstáculos recorrentes à sua consolidação, entre eles a cultura policial tradicionalmente voltada à resposta reativa, o corporativismo interno às instituições policiais e a limitação de recursos humanos e materiais destinados à atividade preventiva de proximidade.

Cerqueira (2001), por sua vez, argumenta que a transição de um modelo de patrulhamento eminentemente repressivo para um modelo comunitário exige mudança cultural profunda na formação policial, e não apenas ajustes pontuais na distribuição do efetivo ou na criação de programas específicos.

Skogan (2004) acrescenta que a efetividade do policiamento comunitário depende da capacidade da instituição policial de sustentar, ao longo do tempo, os canais de comunicação estabelecidos com a comunidade, sob risco de que iniciativas pontuais percam credibilidade caso não sejam acompanhadas de continuidade institucional. Esse aspecto é particularmente sensível em municípios do interior amazônico, nos quais a rotatividade de efetivo e a descontinuidade de programas locais podem comprometer vínculos de confiança construídos ao longo de anos de relacionamento com lideranças comunitárias ribeirinhas.

Nesse arcabouço teórico, a figura do sargento assume relevância particular, na medida em que ocupa posição intermediária entre o comando do batalhão e a tropa que atua diretamente junto às comunidades. Trojanowicz e Bucqueroux (1994) observam que o sucesso do policiamento comunitário depende da capacidade das lideranças de nível intermediário de traduzir diretrizes institucionais em ações concretas e adaptadas à realidade local, função que, no contexto de Monte Alegre, recai frequentemente sobre os sargentos responsáveis pela coordenação de destacamentos e guarnições distantes da sede do batalhão. É justamente esse nível de comando que acumula o conhecimento tácito sobre rotas, lideranças comunitárias e particularidades de cada localidade ribeirinha, conhecimento que raramente se encontra sistematizado em

registros formais e que este artigo busca, ainda que parcialmente, tornar objeto de reflexão científica.

2.2. Prevenção Situacional do Crime e Planejamento Operacional

Complementarmente ao arcabouço do policiamento comunitário, a literatura criminológica oferece a Teoria da Prevenção Situacional do Crime como referencial relevante para o planejamento operacional em territórios de grande extensão e baixa densidade de ocupação. Clarke (1997) argumenta que a redução da criminalidade pode ser alcançada não apenas por meio de ações voltadas ao indivíduo infrator, mas sobretudo pela modificação das condições ambientais e situacionais que tornam determinado local ou atividade vulnerável à prática delituosa, o que inclui a redução das oportunidades logísticas exploradas por organizações criminosas em rotas fluviais pouco fiscalizadas.

Felson (2002), a partir da Teoria das Atividades Rotineiras, sustenta que a ocorrência de um delito depende da convergência, no tempo e no espaço, de um agressor motivado, um alvo adequado e a ausência de um guardião capaz. Nos municípios ribeirinhos da Amazônia, essa convergência é favorecida justamente pela escassez de presença estatal contínua em grandes trechos do território, o que reforça a importância do planejamento de rotas de patrulhamento fluvial capazes de reduzir, ainda que parcialmente, as janelas de oportunidade exploradas pelo crime organizado.

Moore (2003), ao tratar do policiamento orientado à solução de problemas, argumenta que a atuação policial mais efetiva não se limita a responder a ocorrências isoladas, mas busca identificar padrões recorrentes de problemas em determinada comunidade e

desenvolver respostas específicas e sustentadas para cada padrão identificado. Essa abordagem é compatível com a proposta de sistematização de dados operacionais sugerida na seção de resultados deste artigo, na medida em que permite priorizar recursos limitados para os problemas de maior recorrência e impacto na região de Monte Alegre.

2.3. Segurança Pública na Amazônia: Especificidades Fluviais

A segurança pública amazônica apresenta particularidades que a distinguem de outras regiões do país, decorrentes sobretudo da centralidade do rio como via de deslocamento, meio de subsistência e, também, corredor logístico explorado por atividades ilícitas. Siqueira e Aguiar (2026), em estudo sobre o policiamento fluvial na Amazônia, identificam que a efetividade dessa modalidade de policiamento é comprometida pela escassez de recursos financeiros e tecnológicos, por dificuldades logísticas relacionadas à manutenção de embarcações e combustível, e pela limitada coordenação interinstitucional entre as forças de segurança que atuam na região, concluindo que investimentos em infraestrutura, capacitação especializada e integração interinstitucional são condições necessárias para a melhoria da eficácia operacional.

Souza et al. (2026), em pesquisa sobre policiamento comunitário e confiança na Amazônia, constatam que, a despeito da redução de índices de criminalidade letal registrada na região nos anos recentes, a consolidação da confiança pública nas instituições de segurança ainda enfrenta barreiras estruturais associadas à dispersão populacional em áreas ribeirinhas e à influência de organizações criminosas transfronteiriças, o que exige estratégias integradas que

considerem as especificidades locais e a valorização dos profissionais de segurança pública.

Experiências institucionais documentadas em outros estados amazônicos indicam caminhos possíveis para essa integração. A Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (2025) relata que a instalação de bases fluviais fixas e itinerantes ao longo de rios de grande extensão tem contribuído para reduzir a sensação de insegurança em comunidades ribeirinhas antes pouco assistidas pelo Estado, ao aproximar fisicamente o efetivo policial do cotidiano dessas populações e ao permitir resposta mais ágil a demandas emergenciais. Embora tal modelo tenha sido implementado em outra unidade federativa, seus princípios operacionais — presença fixa, patrulhamento itinerante e articulação com lideranças locais — guardam relevância direta para a realidade de Monte Alegre, dada a similaridade das condições geográficas do Baixo Amazonas paraense.

O conjunto desses referenciais permite compreender que o aprimoramento do policiamento ostensivo em municípios ribeirinhos não se resolve por meio de uma única medida isolada, mas depende da articulação entre investimento em meios materiais adequados à navegação fluvial, capacitação continuada do efetivo para lidar com as especificidades operacionais da região e manutenção de vínculos estáveis de confiança com as comunidades atendidas.

3. O MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE E O CONTEXTO OPERACIONAL DO BATALHÃO

Monte Alegre situa-se na mesorregião do Baixo Amazonas, no oeste do Estado do Pará, e caracteriza-se por uma configuração territorial predominantemente rural e ribeirinha, com sede municipal localizada às margens de lagos e igarapés conectados ao rio Amazonas. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município registrava, no Censo de 2022, população de 60.012 habitantes, com estimativa de 64.002 pessoas para o ano de 2025, distribuída em uma área de 18.151,323 km², o que resulta em densidade demográfica de 3,31 habitantes por quilômetro quadrado — patamar significativamente inferior à média estadual e nacional (IBGE, 2025).

Essa baixa densidade não deve ser interpretada como sinônimo de reduzida complexidade operacional. Ao contrário, a distribuição da população em dezenas de comunidades ribeirinhas dispersas ao longo de rios, lagos e igarapés, muitas delas acessíveis exclusivamente por embarcação e distantes várias horas da sede municipal, impõe ao batalhão responsável pela região um modelo de policiamento fundamentalmente distinto do padrão urbano, no qual o deslocamento até a ocorrência costuma ser medido em minutos. Em Monte Alegre, o mesmo deslocamento pode depender diretamente da disponibilidade de embarcação, de combustível e das condições do nível dos rios, que variam conforme o regime de cheia e vazante característico da bacia amazônica.

A sazonalidade hidrológica constitui, nesse sentido, variável operacional de primeira ordem. Durante o período de vazante, trechos que no período de cheia são navegáveis por embarcações de maior porte podem tornar-se intransponíveis, exigindo o uso de embarcações menores ou mesmo o deslocamento por vias terrestres precárias, quando existentes. Essa alternância impõe ao

planejamento de patrulhamento fluvial uma lógica de revisão periódica de rotas e de meios, que dificilmente encontra paralelo em unidades policiais de áreas urbanas ou de municípios com predominância de acesso rodoviário consolidado.

Do ponto de vista da segurança pública, a condição de corredor fluvial de Monte Alegre — situado entre polos regionais de maior porte, como Santarém e Óbidos — também o expõe à circulação de embarcações utilizadas eventualmente para o transporte de entorpecentes, combustível adulterado e produtos oriundos de extração ilegal de recursos naturais, fenômeno já documentado pela literatura especializada em outros trechos da calha amazônica (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025). Some-se a isso o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,589 (IBGE, 2025), indicativo de vulnerabilidades socioeconômicas que reforçam a importância de uma atuação policial que não se restrinja à dimensão repressiva, mas que dialogue também com a dimensão preventiva e comunitária discutida na seção anterior.

É nesse cenário — de grande extensão territorial, baixa densidade populacional, forte dependência fluvial e vulnerabilidades socioeconômicas associadas — que se insere a atuação cotidiana dos sargentos e demais integrantes do batalhão responsável por Monte Alegre, cuja experiência prática constitui a principal fonte de conhecimento tácito sobre os desafios discutidos a seguir.

4. METODOLOGIA

Este estudo adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica compreendeu o levantamento de referências

consolidadas sobre policiamento comunitário, prevenção situacional do crime e segurança pública na Amazônia, com ênfase em produções que tratam especificamente das particularidades do policiamento fluvial e ribeirinho. A pesquisa documental, por sua vez, envolveu a análise de dados institucionais e demográficos oficiais sobre o município de Monte Alegre, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, bem como de relatórios e publicações sobre experiências de policiamento fluvial documentadas em outras unidades federativas da Amazônia Legal.

A escolha pela abordagem qualitativa se justifica pela natureza do objeto investigado, que envolve a compreensão de dinâmicas operacionais, sociais e territoriais dificilmente mensuráveis exclusivamente por indicadores quantitativos, ainda que estes tenham sido incorporados à análise sempre que disponíveis e pertinentes, a exemplo dos dados de área territorial, população e densidade demográfica. O caráter exploratório decorre da escassez de produção científica institucional específica sobre a realidade de Monte Alegre, o que torna este artigo uma contribuição inicial a ser aprofundada em estudos posteriores, inclusive por meio de pesquisa de campo junto ao efetivo do batalhão.

Como limitação metodológica, reconhece-se que o presente estudo não incorporou entrevistas ou questionários aplicados diretamente aos policiais militares lotados em Monte Alegre, o que poderá ser objeto de pesquisas complementares de campo, com abordagem quali-quantitativa, capazes de validar empiricamente as proposições aqui discutidas a partir da vivência operacional cotidiana dos sargentos e demais integrantes do batalhão.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. Desafios Logísticos Identificados

A análise documental e bibliográfica realizada permite identificar três eixos principais de desafio logístico para o policiamento ostensivo em Monte Alegre. O primeiro refere-se à disponibilidade e à manutenção de embarcações adequadas às diferentes condições hidrológicas do rio ao longo do ano, uma vez que a alternância entre cheia e vazante exige frotas heterogêneas, capazes de operar tanto em trechos profundos quanto em áreas rasas ou de acesso mais restrito. A literatura sobre policiamento fluvial amazônico converge nesse ponto, ao apontar a escassez de recursos tecnológicos e financeiros como um dos principais entraves à efetividade operacional (SIQUEIRA; AGUIAR, 2026).

O segundo eixo diz respeito ao suprimento de combustível e à autonomia operacional das guarnições, especialmente em destacamentos mais distantes da sede do batalhão, nos quais o reabastecimento pode depender de logística complexa e de custos elevados, dada a distância em relação aos centros de distribuição regionais. O terceiro eixo relaciona-se à conectividade e às comunicações, uma vez que a limitada cobertura de sinal de telefonia e internet em diversos trechos ribeirinhos compromete a capacidade de solicitação de apoio, de compartilhamento de informações operacionais em tempo real e de acionamento de reforços em situações de maior gravidade.

Esses três eixos dialogam diretamente com o referencial da prevenção situacional discutido anteriormente, na medida em que a irregularidade da presença policial decorrente de tais limitações logísticas amplia as janelas de oportunidade para a atuação de agentes criminosos ao longo das rotas fluviais menos assistidas,

conforme a lógica da convergência entre agressor motivado, alvo adequado e ausência de guardião capaz proposta por Felson (2002).

A manutenção preventiva das embarcações constitui desafio adicional, sobretudo no período de maior pluviosidade, quando a intensificação do tráfego fluvial e a exposição prolongada dos motores e cascos às condições climáticas tendem a elevar a demanda por peças de reposição e por mão de obra especializada, frequentemente disponível apenas em municípios polo como Santarém, distante da sede de Monte Alegre. A indisponibilidade temporária de embarcações por motivo de manutenção reduz ainda mais a já limitada capacidade de patrulhamento, o que reforça a recomendação, discutida na subseção seguinte, de que o batalhão disponha de mais de uma embarcação operacional simultaneamente, de modo a assegurar continuidade mínima do policiamento fluvial mesmo durante períodos de reparo.

5.2. Desafios de Integração Comunitária

Para além da dimensão logística, o estudo identifica desafios relacionados à construção e à manutenção de vínculos de confiança entre o batalhão e as comunidades ribeirinhas de Monte Alegre. A rotatividade natural do efetivo militar, decorrente de transferências e de rodízio de função, pode comprometer a continuidade dos relacionamentos pessoais estabelecidos entre policiais e lideranças comunitárias, fator que Skogan (2004) identifica como determinante para a sustentação, ao longo do tempo, da credibilidade das iniciativas de aproximação comunitária.

Adicionalmente, a extensão territorial do município e a dispersão das comunidades tornam inviável, do ponto de vista prático, a realização

de visitas regulares e frequentes a todas as localidades a partir de uma única sede de destacamento, o que exige a definição de critérios objetivos de priorização, sob risco de que determinadas comunidades permaneçam por longos períodos sem contato direto com a força policial, com efeitos negativos sobre a percepção de presença estatal e sobre a disposição da população em colaborar com informações relevantes para a atividade de inteligência policial.

Esse cenário é compatível com os achados de Souza et al. (2026), para quem a consolidação da confiança pública nas instituições de segurança na região amazônica permanece condicionada à superação de barreiras estruturais associadas à dispersão populacional, reforçando a necessidade de que a integração comunitária seja tratada não como iniciativa pontual, mas como eixo permanente do planejamento operacional do batalhão.

5.3. Propostas de Aprimoramento Operacional

A partir da discussão anterior, este artigo propõe seis diretrizes de aprimoramento operacional para o policiamento ostensivo em Monte Alegre, compatíveis com a realidade orçamentária e institucional de um batalhão do interior paraense e alinhadas ao referencial teórico adotado.

Em primeiro lugar, recomenda-se a sistematização de um cadastro georreferenciado das comunidades ribeirinhas do município, com indicação de rotas de acesso, tempo médio de deslocamento em diferentes períodos hidrológicos e histórico de ocorrências registradas, de modo a subsidiar o planejamento de rotas de patrulhamento fluvial com base em critérios objetivos de

priorização, na linha do policiamento orientado à solução de problemas proposto por Moore (2003).

Em segundo lugar, sugere-se a designação de sargentos de referência para grupos específicos de comunidades, responsáveis por manter contato periódico com lideranças locais, ainda que por meio de visitas menos frequentes do que o ideal, de modo a preservar a continuidade do vínculo pessoal mesmo diante de eventuais transferências de outros integrantes da guarnição, mitigando o efeito de descontinuidade identificado por Skogan (2004).

Em terceiro lugar, recomenda-se a busca por parcerias interinstitucionais com órgãos ambientais, sanitários e educacionais que também atuam nas comunidades ribeirinhas, de modo a otimizar deslocamentos fluviais compartilhados e a fortalecer a presença estatal integrada, seguindo o modelo de articulação interinstitucional apontado como fator de sucesso por Siqueira e Aguiar (2026).

Em quarto lugar, sugere-se a incorporação, na formação continuada do efetivo, de conteúdos específicos sobre navegação fluvial amazônica, primeiros socorros em ambiente ribeirinho e mediação comunitária, de modo a qualificar a atuação dos sargentos e demais policiais para as especificidades do território, para além da formação genérica recebida na academia de formação policial.

Em quinto lugar, recomenda-se que o batalhão avalie a viabilidade de adoção de um modelo de base fluvial fixa ou itinerante em pontos estratégicos do município, inspirado em experiências já documentadas em outras unidades federativas amazônicas,

ajustado, evidentemente, às particularidades orçamentárias e territoriais de Monte Alegre, com potencial de reduzir o tempo de resposta a ocorrências e de ampliar a sensação de segurança das comunidades mais distantes da sede municipal (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS, 2025).

Como sexta diretriz, recomenda-se a padronização do registro das ocorrências atendidas em cada comunidade ribeirinha, incluindo informações sobre tempo de deslocamento, meio de transporte utilizado e condição hidrológica do trecho percorrido, de modo a construir, ao longo do tempo, uma base histórica capaz de orientar decisões futuras de alocação de efetivo e de meios fluviais com maior precisão do que a atualmente possível a partir de registros dispersos ou informais, aproximando a gestão do batalhão dos princípios de planejamento orientado por evidências já discutidos na literatura de segurança pública amazônica.

Tais diretrizes não esgotam as possibilidades de aprimoramento, mas oferecem um ponto de partida sistematizado, fundamentado teoricamente e compatível com a experiência prática acumulada pelos sargentos que atuam cotidianamente na região, cuja vivência constitui insumo indispensável para o refinamento e a validação empírica das propostas aqui apresentadas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou os desafios logísticos, operacionais e de integração comunitária enfrentados pelo policiamento ostensivo no município de Monte Alegre, no Baixo Amazonas paraense, à luz do referencial teórico do policiamento comunitário e da prevenção situacional do crime. A discussão evidenciou que a extensão

territorial, a baixa densidade demográfica, a sazonalidade hidrológica do rio Amazonas e a dispersão das comunidades ribeirinhas impõem ao batalhão responsável pela região um modelo de atuação substancialmente distinto do policiamento urbano tradicional, exigindo planejamento logístico específico e estratégias diferenciadas de aproximação comunitária.

Os resultados indicam que o aprimoramento do policiamento em Monte Alegre não depende de uma solução única, mas da articulação entre investimento em meios fluviais adequados, sistematização de dados operacionais para priorização de rotas, continuidade dos vínculos entre sargentos e lideranças comunitárias, capacitação continuada específica para o contexto ribeirinho e busca de parcerias interinstitucionais capazes de otimizar recursos limitados. Tais diretrizes dialogam diretamente com a literatura consolidada sobre policiamento comunitário e com estudos recentes sobre segurança pública na Amazônia, reforçando sua aplicabilidade ao contexto específico de Monte Alegre.

Como limitação, reconhece-se que este estudo não incorporou dados primários coletados diretamente junto ao efetivo do batalhão, o que sugere a realização de pesquisas futuras de campo, de abordagem quali-quantitativa, capazes de validar empiricamente as proposições aqui discutidas a partir da experiência prática cotidiana dos sargentos e demais policiais militares que atuam na região. Espera-se, com este artigo, contribuir para a produção de conhecimento profissional com base científica no âmbito da Polícia Militar do Pará, em consonância com a missão institucional do Periódico Científico PMPA em Revista de transformar a experiência operacional em subsídio técnico para o planejamento estratégico da corporação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. Policiamento comunitário: questões e práticas através do mundo. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2002.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth (Org.). Do patrulhamento ao policiamento comunitário. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

CLARKE, Ronald V. Situational crime prevention: successful case studies. 2. ed. New York: Harrow and Heston, 1997.

FELSON, Marcus. Crime and everyday life. 3. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Monte Alegre (PA): panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/monte-alegre.html>. Acesso em: 29 jul. 2026.

MESQUITA NETO, Paulo. Policiamento comunitário e controle civil da polícia no Brasil: a experiência de São Paulo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL A POLÍCIA E O CONTROLE CIVIL EM SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS, 1998, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência/USP, 1998.

MOORE, Mark H. Policiamento comunitário e policiamento para a solução de problemas. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (orgs.). Policiamento moderno. São Paulo: Edusp, 2003. p. 115-186.

PERIÓDICO CIENTÍFICO PMPA EM REVISTA. Diretrizes para autores e normas de submissão. Belém: Polícia Militar do Pará, 2026. Disponível em: <https://periodicos.pm.pa.gov.br/index.php/pmpaemrevista/about/submissions>. Acesso em: 29 jul. 2026.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS (SSP-AM). Bases fluviais reforçam o policiamento em comunidades ribeirinhas do Amazonas. Manaus: SSP-AM, 2025.

SIQUEIRA, William Wamberg; AGUIAR, Denison Melo de. Policiamento fluvial na Amazônia: desafios estratégicos e operacionais para a segurança pública em regiões ribeirinhas. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 15, n. 1, e2961, 2026.

SKOGAN, Wesley G. Community policing: can it work? Belmont: Wadsworth/Thomson Learning, 2004.

SOUZA, T. R. T. de et al. Policiamento comunitário e confiança na Amazônia: desafios e potencialidade para a segurança pública do cidadão. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 2026.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Community policing: a contemporary perspective. 2. ed. Cincinnati: Anderson Publishing, 1994.

¹ 2º Sargento da Polícia Militar do Estado do Pará, 18º Batalhão de Polícia Militar (Monte Alegre/PA). Graduado em Segurança Pública pela Cruzeiro do Sul. Pós-graduado em Inteligência Policial pela

Educaminas. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8214-6654>.

² 3º Sargento da Polícia Militar do Estado do Pará, 18º Batalhão de Polícia Militar (Monte Alegre/PA). Graduado em Educação Física pela Faculdade de Educação Física de Barra Bonita (FAEFI). Pós-graduado em Atividade Física e Fisiologia do Exercício. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6293-7124>.

³ 3º Sargento da Polícia Militar do Estado do Pará, 18º Batalhão de Polícia Militar (Monte Alegre/PA). Bacharel em Administração de Empresas pela UNOPAR. Pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade Única. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0163-683X>.

⁴ Cabo da Polícia Militar do Estado do Pará, 18º Batalhão de Polícia Militar (Monte Alegre/PA). Superior em Tecnologia em Segurança Pública pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera. Pós-graduado em Gestão e Liderança de Equipes e em Mediação e Gestão de Conflitos pela Faculdade Facuminas. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9315-6620>.